



**VI ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO**  
**20 a 22/10/2004**  
**Aracaju, Sergipe**

**PLURIATIVIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR, AS DIFERENTES VISÕES  
TEÓRICAS.**

Laurício Bighelini da Silveira<sup>1</sup>; Pedro Selvino Neumann<sup>2</sup>; Vilson Flores dos Santos<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Mestrando do Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS. Professor do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul, RS. (E-mail: [lauriciosvs@pop.com.br](mailto:lauriciosvs@pop.com.br) ).

<sup>2</sup> Professor Dr. do Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS. (E-mail: [psneuman@ccr.ufsm.br](mailto:psneuman@ccr.ufsm.br))

<sup>3</sup> Mestrando do Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS. (E-mail: [vilsonflores@bol.com.br](mailto:vilsonflores@bol.com.br))

## **RESUMO**

O presente artigo discute duas temáticas vinculadas aos estudos sobre a agricultura familiar: a pluriatividade e a ruralidade. Serão abordadas as diferentes versões sobre a origem e/ou surgimento da pluriatividade, procurando evidenciar as suas características e implicações nas diferentes situações em que ela é percebida ao longo do tempo. A relação estabelecida pela literatura entre a pluriatividade e a agricultura família, também será objeto do presente artigo, com o objetivo de demonstrar a interação e interdependência desses conceitos e de suas conseqüências na leitura da realidade rural, ou do "novo rural", brasileiro.

Palavras-chave: pluriatividade, agricultura familiar, ruralidade.

## **INTRODUÇÃO**

Devido à vasta literatura, bem como, diversidade de situações, não é pretensão deste trabalho abordá-los em sua totalidade. De outra forma procuraremos destacar alguns aspectos que julgá-los fundamentais para o entendimento do assunto.

São assuntos que possuem uma intensa inter-relação, praticamente sempre que se fala em um citamos o outro. Irá se procurar separá-los, para o melhor entendimento, o que não impede que em determinados momentos ocorra interpolação.

## PLURIATIVIDADE

Torna-se cada vez mais freqüente observar-se pessoas ou grupos considerados como integrantes da população rural, mas que não tem como atividade principal a produção agropecuária. Fato decorrente do surgimento de novos postos de trabalho em no meio rural, não sendo estes trabalhos agrícolas.

Sendo esta forma de organização do trabalho familiar denominada pluriatividade

“refere-se a situações sociais em que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a se dedicar ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura ou ao cultivo da terra, e cada vez menos executadas dentro da unidade de produção. Ao contrário do que se poderia supor, esta não é uma realidade confinada ao espaço rural de países ricos e desenvolvidos.” Schneider (2003)

Segundo Del Grossi e Silva (2000), a expansão das atividades não-agrícolas foi divulgada de forma pioneira por Anderson e Leiserson (1980), como sendo da rápida expansão em regiões agrícolas da África, Ásia e América Latina, colocando o emprego não-agrícola nestes locais, entre 20 e 30% já em 1970, ou 30 a 40% se fossem adicionados às vilas e povoados.

No entanto, anteriormente já se discutia sobre o assunto, usando-se outras terminologias. Cabe então, trazer à discussão tais termos, evidenciando semelhanças e eventuais discrepâncias.

A terminologia mais adotada para se explicar fenômenos semelhantes é “*Part time farming*” (agricultura em tempo parcial), termo este, cunhado por Rozman em 1930, que muitas vezes é confundido ou usado como sinônimo de “pluriatividade” (*pluriactivité*), utilizado inicialmente na Europa no final dos anos 80. Transitoriamente, na tentativa de melhor representar esta situação, usaram-se outras terminologias, dentre elas, “empregos múltiplos” (*multiple job-holding*, usada inicialmente por Fuguitt nos anos 50-60), para que somente a partir dos anos 80 começasse a se firmar o termo pluriatividade. (Kageyama, 1998)

Até meados dos anos 80 permaneciam considerados como sinônimos, sendo um de origem inglesa e outro de origem francesa. Sua diferença é mais do que epistemológica, a pluriatividade corresponde ao fenômeno que começou a se expandir já na década de 1970 com a crescente diversificação das fontes de renda das unidades de produção rurais. (Schneider, 2003)

“A pluriatividade, em linhas gerais, é um modelo de organização do trabalho agrícola que combina atividades extra-agrícolas; está em contraposição ao *full-time* e/ou *monoativitê*, no entanto liga-se ao horizonte da tendência da agricultura americana para o *farming part-time* ou para o *multiple job holding*. Porém, a noção é bem mais complexa e envolve uma problemática teórica e empírica de difícil demarcação teórica.” (Tedesco, 1998)

Usados como sinônimos por muito tempo, até hoje existem opiniões divergentes sobre o seu significado. Para Kageyama (1998) eles não podem ser totalmente superpostos, pois o tempo parcial, apesar de ser uma condição básica para poder se dedicar a outras atividades, por si só não significa que o restante do tempo seja utilizado com atividades não-agrícolas, configurando desta forma a pluriatividade. Um indivíduo ou um grupo familiar de tempo parcial para a agricultura pode ficar ocioso no restante do tempo, configurando desta forma a agricultura de tempo parcial, mas não a pluriatividade. Um indivíduo que trabalha apenas a metade da jornada de trabalho em pode ser pluriativo e tempo parcial, referindo-se neste caso a jornada de trabalho. Uma pessoa ocupada em tempo integral que em parte do tempo pratica a agricultura e restante do tempo outras atividades (não-agrícolas), ela seria pluriativa com ocupação em tempo integral e praticando agricultura de tempo parcial.

Com opinião semelhante, Schneider (2003), diz que o *part time farming* refere-se a utilização de parte do tempo de trabalho da família ou de seus membros em atividades agrícolas,

tendo como contraponto o *full-time farming* (agricultura em tempo integral) que pressupõe a dedicação de todo tempo de trabalho dos membros da família para as atividades agrícolas. Já a *pluriaactivité* (pluriatividade) refere-se a combinação de uma ou mais formas de renda ou inserção profissional de um ou mais membros da família, tendo como contraponto o termo *monoactivité* (monoatividade) que significa que os membros da família desempenham apenas uma atividade, em tempo integral. A agricultura “monoativa” e em “tempo integral” encerram o mesmo conteúdo sendo semelhantes, mas seus opostos são substancialmente diferentes.

“A pluriatividade implica uma forma de gestão do trabalho doméstico que sempre inclui o trabalho agrícola, o que não quer dizer que esta atividade seja exclusiva ou mesmo a mais importante. Outras atividades podem ser assumidas com o objetivo de sustentar ou de dar suporte à unidade doméstica, ou ainda serem motivadas por considerações não relacionadas à agricultura.” (Fuller e Brun, 1988, p. 150, apud Schneider, 2003)

Desta forma, entende-se por agricultura de tempo parcial, como a prática de atividades agrícolas em parte da jornada de trabalho de um indivíduo ou grupo familiar, sem que no restante do tempo tenha necessariamente estar ocupado por outras atividades. Pluriatividade se configura quando o indivíduo ou grupo familiar, realiza além das atividades agrícolas também, outras, não-agrícolas, sem que necessariamente ocupem a totalidade do tempo pelo somatório das atividades realizadas.

Pode-se dizer, então, que a pluriatividade vem necessariamente acompanhada do tempo parcial, sendo que o inverso não é verdadeiro, pois o tempo parcial não está necessariamente acompanhado pela pluriatividade.

Barthes (1987:172) acreditava ser a pluriatividade uma conseqüência do tempo parcial, onde agricultores que não ocupam todo o seu tempo nas atividades agrícolas tendem a procurar outras atividades para não ficarem ociosos, tornando-se então pluriativos, situação em que muitas das esposas de agricultores abandonavam a atividade agrícola para se dedicarem integralmente à atividade externa.

Para Barthes (1987), fazendo observação sobre exploração agrícola das unidades camponesas, considera como sendo pluriativa a família onde os seus membros realizavam tarefas específicas e em tempos determinados, sendo assim como na maioria destas unidades podia ser considerada como pluriativas, uma vez que a maioria das tarefas era interna a exploração. Bastava que as diferentes pessoas exercessem atividades específicas, como por exemplo, uma na produção de cereais e outra na criação de animais, para configurar a pluriatividade.

Pluriatividade sempre existiu, marcando presença em diferentes períodos históricos e sócio-econômicos, sendo que as atividades não-agrícolas sempre foram praticadas por camponeses ao longo do tempo, por serem estas formas de sociedade que desconheciam os rígidos padrões atuais de divisão de trabalho, sendo muitas vezes praticamente auto-suficientes e, por tanto, pluriativos. (Garrier e Hubscher, 1988 e Carneiro, 1996) apud Schneider, 2003.

As formas pioneiras da pluriatividade na agricultura: o “trabalho rural acessório” e as “atividades não-agrícolas complementares”, que Schneider, defende citando Chayanov (1974) para ilustrar a existência da pluriatividade em tempos onde esta terminologia não existia, este relata a busca do equilíbrio e reprodução social do grupo familiar através da realização de atividades não-agrícolas, como forma de complementar períodos de entressafra ou de excesso de mão de obra na família, como quando os filhos estão tornando-se adultos e ainda permanecem no núcleo familiar; e Kautsky (1980) se refere à dominação da indústria e das grandes propriedades que ditam as regras para o processo de evolução da agricultura moderna, e nesta condição as forma de adaptação e sobrevivência dos pequenos agricultores que, principalmente, tornam-se fornecedores de não de obra para estes seguimentos, para viabilizar sua manutenção e reprodução. (Schneider, 2003)

Ao se falar em pluriatividade como algo temporário para contornar situações de crise tem-se opiniões diversas

“...não se trata simplesmente de uma estratégia de adaptação que de modo exclusivo incide em famílias camponesas detentoras de explorações não-competitivas do ponto de vista técnico e econômico, mas que igualmente alcança unidades familiares modernizadas e fortemente integradas aos mercados” (Anjos, 2003).

Souza (1999), resumidamente caracteriza dois períodos históricos da discussão teórica da pluriatividade: Um iniciado nos anos 70, na América do Norte e Europa Ocidental, tentando compreender a natureza e significância da renda agrícola e externa a mesma, bem como, as rendas dos membros do grupo. Corresponde, principalmente, às dinâmicas internas do desenvolvimento do sistema alimentar, que produziram desarranjos na produção mundial. E o segundo no final dos anos 80 levando em conta o desenvolvimento na produção agrícola e a produção agrícola de negócio, correspondendo a idéia da pluriatividade associada com a reestruturação “pós-fordista”.

Schneider (1999), observa que cada vez mais vem se tornando clara a influência que a industrialização trás para o crescimento da pluriatividade, relatando de forma bastante original em pesquisa realizada na Região dos Sinos, RS, marcada pela expansão da indústria dos calçados. Sendo referendado pelo autor que historicamente os agricultores já combinavam com as atividades agropecuárias, muitas outras atividades, hoje consideradas como urbanas ou industriais. Eram as típicas atividades coloniais desenvolvidas na unidade de produção para a subsistência da mesma, tais como confecção de roupas, de utensílios de trabalho e domésticos, habilidades manuais, manufaturas e produção de comidas, pães, doces, etc., que com o advento do capitalismo se tornaram inviáveis para desenvolvimento e uso exclusivo na subsistência da unidade familiar, tornando-se profissões e/ou a produção comercial destes produtos, que vieram a contribuir para o fortalecimento da renda familiar, ou mesmo se tornando a principal fonte de renda das unidades familiares rurais. Pode-se dizer que esta é uma das formas do surgimento da pluriatividade no meio rural. O que serve de prova da capacidade de adaptação das famílias viabilizando, desta maneira, a sua permanência no meio rural.

A região sul do Brasil se destaca ao tratar-se de pluriatividade, sendo a segunda mais desenvolvida do país, e demonstra sua importância econômica em ocupar apenas 6,7% da área do território nacional sendo responsável por 19% do PIB e por 26% do total das exportações. O processo de colonização desta região foi decisivo em torná-lo o mais importante segmento de agricultura familiar do Brasil, estes colonos oriundos da Europa (alemães, italianos e poloneses) se incorporam a esta sociedade impregnando-lhe os traços do campesinato centro-europeu, visto por seu dinamismo e versatilidade na diversificação econômica das unidades familiares de produção. (Anjos, 2003)

A pluriatividade do meio rural toma vários rumos, de acordo com a situação que lhe deu origem, no caso da região das chamadas Colônias Velhas, localizadas na Encosta Superior do Nordeste do Rio Grande do Sul. Onde detectou-se a reestruturação da matriz industrial do Vale dos Sinos e da região (Dall’Ponte, Kalita, Azaléia...) <sup>1</sup> que levou a geração de grande quantidade de novas ocupações, ocupações estas com relações bastante flexíveis de trabalho, como informalidade, terceirização e principalmente a subcontratação por peças a domicílio. A crise da soja nos anos 70 e a queda linear da renda agrícola aliada a qualidade da mão de obra existente, a remuneração baixa não exclusiva, flexibilidade de horários, trabalho das mulheres auxiliadas por jovens e crianças que privilegiaram esta interação das indústrias. Com o subemprego, trabalho infantil e a informalidade, surgem também, outras questões, como por exemplo às relações familiares onde o homem normalmente era o provedor econômico, passa a dividir com a mulher esta responsabilidade, começam a ocorrer mudanças internas, sociais e hierárquicas. (Tedesco, 1998)

---

<sup>1</sup> Exemplo de algumas das empresas do ramo de calçados, localizadas na Região dos Sinos, no Rio Grande do Sul

O modelo produtivista de produção determinou custos significativos para o setor agrícola, principalmente econômicos e sociais. A pluriatividade veio como uma forma de amenizar esses ônus. São as várias atividades originadas e/ou valorizadas no cenário rural oriundas da flexibilização e descentralização industrial. São profundas as mudanças nas unidades familiares com a valorização da mulher, aumento de consumo e bem estar, dentre outras.

Souza (1999), relata a ampla variação de formato da pluriatividade seja para acumulação e/ou sobrevivência de capital ou reprodução e/ou sobrevivência da família rural, que ocorre de acordo com o grau de desenvolvimento do setor produtivo das diferentes regiões e nações. Sendo difícil uma conceituação única de pluriatividade, tendo-se em vista sua grande flexibilidade nas variadas situações em que é observada. Pode-se classificá-la em função do grau de desenvolvimento, em "Pluriatividade do subdesenvolvido", onde ocorre a flexibilização dos mecanismos da força de trabalho, basicamente a informalização e a precarização do mercado de trabalho ; e "Pluriatividade de sociedades desenvolvidas com industrialização e urbanização concentradas", onde está atrelada a uma flexibilização com a existência elevados níveis tecnológicos e ligações chaves na procura de economias de escopo são realizadas.

No Brasil encontram-se características ambas, com um mercado de trabalho informalizado e precário, e com trabalho ligado a externalização das empresas do processo amplo de modernização tecnológica.

Durante o regime militar, fundamentalmente de 1965 a 1979, ocorreu a modernização conservadora da agricultura brasileira, via mudança da base técnica de produção pela introdução de insumos modernos, mantendo intacta a estrutura fundiária. Em 1960 56% da população era rural e aproximadamente 2/3 da população provinha da agricultura, já em 2000 apenas 18,8% era rural e 35% provinha da agricultura, já o Produto Interno Bruto (PIB) agrícola era de mais de 20% nos anos 60 e de apenas 11% nos anos 90. (Anjos, 2003)

A pluriatividade pode ocorrer como um fenômeno interno na busca pela adaptação ao desenvolvimento tecnológico e econômico ou simplesmente pela ocupação de empregos externos numa fuga dos efeitos da pauperização das famílias rurais. (Souza, 1999)

Para Chayanov (1981) as fontes externas de dinheiro são transitórias, não o camponês, para ele quando o fator terra se torna insuficiente para provir seu sustento e reprodução, a mão de obra excedente se volta para outras atividades, como as artesanais ou comerciais, para que se retome o equilíbrio econômico da unidade familiar. Já Flanklin (1969) acreditava que os camponeses poderiam passar da transitoriedade para o capitalismo tornando-se assalariados puros. (apud Tedesco 1998)

Para Blanc (1987), O termo 'pluriatividade' não é um conceito, mas apenas uma noção empírica que corresponde às situações em que a família não obtém a totalidade de suas rendas da produção agrária primária nem tampouco dedica a esta a totalidade de seus recursos. (apud. Kageyama, 1998)

Com o aumento generalizado da produtividade nos anos 90, combinado ou impulsionado pelo declínio dos preços agrícolas e elevação dos custos de produção, reduziu em quase 25% os postos de trabalho agrícolas, cerca de 1,1 milhão de pessoas. Pode-se observar um crescimento constante da PEA Restrita (População Economicamente Ativa Restrita) ocupada em atividades não-agrícolas, paralelo a queda global desta mesma variável, enquanto a PEA Restrita Urbana neste mesmo período apresentou crescimento, entendida como uma remeça de mão de obra jovem para a cidade, e conseqüente envelhecimento da população rural. Constata-se que a atividades ligadas a pecuária apresentou crescimento, sendo as maiores responsáveis pelo decréscimo na absorção da força de trabalho rural as grandes culturas, principalmente a soja e o milho. Fato ocorrido principalmente no Brasil Meridional, na busca por tecnologia, produtividade e

redução de custos, principalmente com mão de obra. Estes dados foram obtidos por Anjos (2003) de tabulações do Projeto Rurbano.

Conforme estudos realizados no Projeto Rurbano, as ORNAs apresentam um crescimento significativo nos últimos anos, como que em substituição aos postos de trabalho agrícolas. Não se pode negar que a maioria das funções criadas são precárias e de baixa qualificação, muitas vezes classificadas como subemprego, predominando as funções de ajudante de pedreiro e serviços gerais para os homens e doméstico para as mulheres.

As ORNAs não são motor para o desenvolvimento de regiões atrasadas, pois elas se desenvolvem justamente em regiões onde a agricultura é mais desenvolvida, como por exemplo no centro sul do Brasil, já em regiões onde a agricultura é menos desenvolvida, como no nordeste brasileiro, elas são em menor número, onde em 1999, segundo o Pnad, aumentou em 450 mil o número de vagas agrícolas não remuneradas, com pequena redução das não-agrícolas. Pode-se dizer, segundo estes dados, que o desenvolvimento agrícola leva a geração de ocupações não-agrícolas, e em regiões menos desenvolvidas não temos nem um nem outro. (Graziano, 2001)

Na atualidade, verifica-se uma nova tendência, agora de crescimento da população rural, ou pelo menos uma reversão da tendência de grande esvaziamento do campo observado até os anos 80, sendo esta relatada por Del Grossi e Silva (2000), explicando o aumento dos empregos não-agrícolas (expansão de 3,5% a. a. nos anos 90) e pelo aumento dos desempregados (+ 10,8% a. a.), aposentados e pensionistas (+ 5,7% a. a.), tornando o meio rural não somente local de trabalho, mas também local de residência. Com isso pode-se afirmar que o êxodo rural reduziu drasticamente, permanecendo, no entanto, o êxodo agrícola. Devemos levar em conta, ainda, que muitas pessoas também residem no meio rural e mantêm suas atividades profissionais no meio urbano.

Quanto às políticas públicas, onde se pode destacar o PRONAF (Programa Nacional da Agricultura Familiar) como um exemplo de política descentralizadora e de condução democrática em sua implantação e gestão, devemos pensá-las como uma articulação necessária e essencial para promoção do desenvolvimento integrado das regiões rural e urbana, pois industrialização não deve significar “desruralização”, e com toda a certeza a pluriatividade terá papel fundamental como elo de ligação e integração destes segmentos.

Segundo Tedesco (1998), alguns elementos são comuns na maioria das análises sobre pluriatividade:

- Redefinição dos padrões de produção industrial e de acumulação de capital;
- Dificuldade de sobrevivência do agricultor familiar frente ao modelo produtivista;
- Profundo vínculo econômico, social e cultural entre urbano e rural;
- Limite de estrutura fundiária, de recursos públicos de grande parte dos camponeses envolvidos;
- Privilegiamento de espaços de trabalho da e para a mulher.

## RURALIDADE

Poder-se-ia usar um conceito inovador, no sentido de sair do conceito clássico de rural-urbano, mas como ainda esta matéria não está definida e consolidada, como concluiu Saraceno (1997), onde relata os impasses em torno da discussão na Europa. Ela faz referência às várias maneiras de se ler diferenciações espaciais, como regiões ou países mais ou menos desenvolvidos, regiões administrativas, mercados de trabalho, montanha e planície, zonas homogêneas, centro e periferia, etc., sendo que estas alternativas possíveis não se excluem mutuamente, não sendo uma melhor que a outra, sua escolha depende dos objetivos perseguidos ou dos fenômenos analisados.

A ruralidade pressupõe a homogeneidade de territórios analisados, o que também vale para o urbano. Frequentemente sustenta-se que a diferença é de natureza social e relativa ao modo como estão distribuídas as populações e as cidades no território. Nenhum órgão oficial (Nações Unidas, OCDE, EU, Escritórios de Estatística) conseguiu encontrar uma definição que satisfaça a todos, mesmo que por tempo limitado. Saraceno (1997)

Outro fator é a atribuição que normalmente se utiliza identificar zonas rurais com o setor agrícola, mesmo que estas zonas sejam heterogêneas, constituídas de zonas ainda não desenvolvidas, de montanha ou de planície, ou já modernizadas e especializadas ou modernizadas com diversificação produtiva. Mostra assim que o conceito de ruralidade perdeu progressivamente o caráter homogêneo que facilitava sua comparação e diferenciação do urbano. Levando-se em conta que no período pré-industrial, agricultura era o meio de vida predominante, sendo assim a taxa de atividade agrícola um bom indicador da ruralidade, o que não se pode dizer do período pós-industrial. Saraceno (1997)

Quanto ao rural ser predominantemente agrícola, é uma realidade que está se modificando. Na década de 90, as ocupações não-agrícolas cresceram a uma taxa anual de 3,7% e as ocupações agrícolas reduziram com taxa anual de -1,7%, sendo projetado pelo Projeto Rurbano um predomínio de ocupações não-agrícolas no meio rural até 2014. Segundo as PNDAs em 1998 e 1999 as rendas não-agrícolas já superavam as agrícolas, no meio rural. Graziano (2001)

O IBGE define rural e urbano da seguinte forma

“Na situação URBANA consideram-se as pessoas e os domicílios recenseados nas áreas urbanizadas ou não correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou áreas urbanizadas isoladas. A situação de RURAL abrangeu toda a área situada fora desses limites, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos.” (Censo Demográfico de 1991, IBGE, p.9)

Segundo Veiga (1998) difícil separar o desenvolvimento em rural e urbano, pois inexistente limite claro entre espaço rural espaço urbano, economia rural e economia urbana, sociedade rural e sociedade urbana, atividades rurais e atividades urbanas, sendo este sistêmico, podendo se provar por países desenvolvidos onde as diferenças entre regiões ou cidades são pouco significativas.

Outro aspecto é levantado por Graziano (2001), referindo-se ao “novo rural”, caracterizado pelo projeto RURBANO, que contesta o rural como sinônimo de atraso, para isso, ilustra várias categorias de ocupações rurais, sendo muitas novas, com nichos de mercado agrícola, condomínios rurais, empregos domésticos, aposentados, entre outros.

Segundo Graziano (2001), um traço comum entre o novo e o velho rural é a sua heterogeneidade, o que impede a generalização de situações locais. Da mesma forma ele ressalta que a adoção de atividades não-agrícolas, mesmo com aumento de renda não significa uma melhora na condição de vida.

As velhas dicotomias do rural/urbano e do agrícola/não-agrícola podem ser superadas através da ênfase ao desenvolvimento regional. Não sendo suficiente para promover o desenvolvimento de uma região se optar pelo caminho de trabalhar em uma abordagem setorial de desenvolvimento da agricultura. Para que ocorra o desenvolvimento local é necessário um grau mínimo de organização social que permita aos atores envolvidos o acesso ao processo, principalmente as camadas majoritárias, geralmente excluídas pela elite dominante. (Graziano, 2001)

Não se pode falar em pluriatividade sem levar-se em conta a economia local, pois é desta que se originam os postos de trabalho assalariado (mercado de trabalho) ou trabalho autônomo (mercado de serviços, produtos e insumos) que possibilitarão a segunda ocupação. É claro que esta segunda ocupação pode vir a se tornar a principal, e até mesmo a única para o indivíduo ou para os indivíduos da família, originando desta forma famílias pluriativas no meio rural, que não precisam necessariamente ter a atividade agrícola como a principal, ou ainda, passarem a não exercer nenhuma atividade agrícola, permanecendo no meio rural como uma forma de moradia. (Kageyama, 1998)

A noção de rural, normalmente é estritamente territorial ou espacial, mas esta tem sido contestada na medida em que a este rural se mesclam às atividades econômicas, consumo, hábitos e culturas anteriormente urbanos.

Esta redefinição da noção de rural, tem como elementos chave, na grande maioria das sugestões estudadas pela relação do que era chamado de rural com a cidade, vila ou área urbanizada. Surge a idéia de entorno ou contexto, um nível meso de análise, como uma expansão do urbano sobre o rural. Este meso é intermediário a unidade produtiva, a família e aos indivíduos, nível micro, e ao nível geral de desenvolvimento do país ou região, nível macro.

## FAMÍLIA RURAL

A unidade de análise, ao se discutir a pluriatividade, para maioria dos autores é apontada como sendo a família (*family*) ou a unidade de exploração familiar (*farm household*), por ser o local de tomada de decisão sobre as estratégias de alocação de recursos destinados a sobrevivência e reprodução de ativos aplicados na exploração agrícola. (Anjos, 1995:50-52, apud Kageyama, 1998)

Antes de se querer atribuir uma definição para agricultura familiar, é necessário examinar alguns aspectos relevantes para que se possa pensar em discutir um possível e aceitável conceito para esta forma de unidade de produção.

Normalmente se considera como unidade de produção familiar aquela em que a força de trabalho é predominantemente familiar, podendo possuir eventualmente algum aporte de mão de obra contratada em caráter temporário. A questão é o limite máximo para esta mão de obra temporária, para que a unidade de produção deixe de ser considerada como familiar. Mas esta operação heurística não pode, isoladamente, caracterizar sociologicamente este tipo de unidade. (Schneider, 2003)

A teoria social tem o desenvolvimento agrário comum como processo macrosocial e econômico, não considerando a capacidade de adaptação e interação das unidades familiares ao sistema dominante. Este enfoque precisa ser ajustado a esta realidade onde a convivência entre as partes é possível como se pode verificar até o momento onde elas se articulam e adaptam-se as circunstâncias. Nisto pesa o caráter da natureza familiar das unidades agrícolas, em que as relações de parentesco e herança entre seus membros determinam as tomadas de decisões que propiciem a sua reprodução e sobrevivência social, econômica, cultural e moral. (Schneider, 2003)



A agricultura familiar vem sofrendo significativas modificações estruturais, cada vez menos a administração e tomada de decisões nas unidades familiares ocorrem de forma coletiva, pois necessidades individuais levam a priorização de projetos individuais em detrimento do projeto familiar, ou coletivo. Conforme a idade e posição na estrutura familiar e ainda, seu sexo, idade, capacidade e disponibilidade, os indivíduos assumem diferentes posições no mercado de trabalho, ficando em segundo plano sua função na unidade familiar. (Graziano, 2001)

A unidade familiar passa a ter outras funções, como ponto de reunião, base territorial, refúgio no desemprego ou alternativa para a velhice. Desta forma, o centro de atividades deixa de ser agrícola, passando a ser pluriativo ou não-agrícola. Não deixando de ser familiar:

“... a extensão rural deveria ser menos agrícola – estilo EMATERES – e mais “empreendedorista”, estilo SEBRAE.” Graziano (2001)

Este intrincado e complexo jogo em que as unidades familiares se relacionam com o ambiente e o espaço onde estão inseridas e este processo de intermediação entre os indivíduos-membros com sua família e de ambos interagindo com o ambiente social em que estão imersos é que determinará o sucesso de sua reprodução. (Schneider, 2003)

Não se pode classificar a unidade de produção somente pela mão de obra estritamente familiar, nem por ser contratada e assalariada, nem por suas relações com o mercado, de forma isolada. Por tanto, assume-se que as unidades de produção se adaptam a realidade para sobreviverem e se reproduzirem, não se justificando, desta forma, mudar sua classificação para capitalista, simplesmente por contratarem mão de obra externa ou por se introduzirem em circuitos mercantis, ou com venda de mão de obra, ou com venda de produtos. (Schneider, 2003)

A agricultura em tempo parcial e a pluriatividade estão associadas fundamentalmente à agricultura familiar, ambos os conceitos referem-se a realidades empíricas bastantes similares, no entanto, refletem diferenças de significado, de alcance e de momentos históricos diferentes da análise sociológica da evolução do campesinato e agricultura. Com a modernização produtivista da agricultura, o segmento campestino fazia uso da agricultura em tempo parcial como um recurso para se manter e reproduzir-se. Vários segmentos combatiam estes fatos, entre eles vários autores e organizações sindicais ligadas à agricultura. Em meados dos anos 80 é que surge o termo “pluriatividade”, quando o paradigma da agricultura produtivista começa a ceder espaço para o paradigma da multifuncionalidade. (Anjos, 2003)

Para Veiga (1998), as atividades não-agrícolas devem tomar importante papel no desenvolvimento rural, pois entre 1992 e 1995 tivemos uma redução de 2% (343 mil) de ocupados na agricultura, ao passo que o número de residentes rurais com ocupações não-agrícolas cresceu 11% (384 mil). É preciso saber que esta tendência a pluriatividade tem sido uma característica marcante de países do chamado primeiro mundo.

Historicamente, o desenvolvimento, tem representado a ideologia dominante do Estado enquanto promotor e formulador de políticas públicas. No caso do Brasil ocorreu o chamado milagre brasileiro nos anos 70, com crescimento linear da produtividade pela substituição da mão-de-obra e terra (fatores tradicionais) por fatores modernos e intensivos de capital (máquinas, irrigação, fertilizantes químicos, etc.), através do crédito subsidiado como facilitador de acesso a estas inovações. A década de 80, mesmo continuando sob os mesmos princípios da revolução verde, foi marcada pelas crises e recessões, sendo chamada de década perdida. Nos anos 90, com influências dos movimentos sociais mudou-se a prioridade do enfoque produtivista reducionista para o enfoque da sustentabilidade envolvendo condicionantes ambientais, históricos, sociais, políticos e econômicos, dentre outros. Passa-se a dar maior importância para aspectos sociais, com maior valorização da agricultura familiar em relação à política produtivista anterior. Flores e Macedo (1999)

As 17 nações hoje consideradas como desenvolvidas optaram claramente pela agricultura familiar: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Estados Unidos, Finlândia, França, Grã Bretanha, Holanda, Itália, Japão, Noruega, Nova Zelândia, Suécia e Suíça. Sendo a pioneira a Dinamarca, ainda no século XVIII, e a última o Japão. Nestes países é raro se encontrar unidades produtivas com assalariados, demonstrando que a crença de que “o caminho do campo é o da grande empresa e do trabalho assalariado” é falsa, não representando a realidade historicamente observada nestes países. Sendo assim, esta opção é apenas uma mera coincidência ou de fato levou estes países a atingirem elevados índices de IDH, com altos níveis educacionais, de esperança de vida e de PIB real per capita. Do contrário pode-se observar nos demais países com IDH inferiores a hesitação em aderir a agricultura familiar como base para o desenvolvimento, adotando políticas de estímulo a difusão de grandes propriedades altamente tecnificadas, geralmente com alta produção monocultora e força de trabalho assalariada. Estas observações levam a seguinte dedução: se o caminho do desenvolvimento é o da agricultura familiar então o da agricultura patronal é do subdesenvolvimento. Veiga (1998)

A defesa da agricultura patronal como sendo a melhor forma de desenvolvimento tem prevalecido ao longo do tempo no Brasil, sem nenhum respaldo histórico, ao contrário do que se prega no meio dominante, o que, além de frear o desenvolvimento, leva a uma distribuição desigual de renda, a uma educação deficiente e a um baixo poder de consumo da população, pois a maioria da população rural está constituída de peões mal pagos, e uma pequena minoria de grandes produtores.

Com base na experiência histórica de países desenvolvidos e na de raros países semiperiféricos, a exemplo de Taiwan e Coréia do Sul (Veiga, 1998), que conseguiram desenvolver-se, pode-se dizer que a agricultura familiar é a base ideal para o desenvolvimento, resta a países como o Brasil e outros em desenvolvimento ou subdesenvolvidos abandonar o mito da agricultura patronal como base, pois esta cada vez emprega menos pessoas, concentrando mais renda e promovendo a exclusão social.

A pluriatividade é uma característica da agricultura familiar. A convivência entre a agricultura familiar e o capital não possui uma regra fixa, podendo em alguns casos ser totalmente absorvida pelas estruturas capitalistas, e em outros sobreviver e reproduzir-se de forma relativamente estável, como no caso de unidades familiares pluriativas. (Schneider, 2003)

“Às formas familiares corresponderiam características como trabalho familiar, resistência à apropriação do excedente via mercado, propriedade de meios de produção, busca de autonomia etc.; às formas capitalistas seriam definidas por assentarem-se em trabalho assalariado, apropriação de mais-valia, reprodução ampliada, racionalidade dirigida à obtenção de produtividade e rentabilidade, entre outros aspectos.” (Schneider, 2003)

Dentre as novas estratégias para o desenvolvimento rural, em 1996 é criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que veio como uma resposta às lutas sindicais, ele atende a partir de sua criação as camadas de pequenos produtores, que até os anos 80 e meados dos anos 90 eram alijados de políticas públicas que lhes favorecessem. Sua elaboração tem base em reivindicações de agricultores familiares, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), Movimento dos Pequenos Agricultores e Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária, dentre outros. Flores e Macedo (1999)

Para Schneider (2003), a expressão “agricultura familiar” se difundiu no Brasil em meados da década de 90, dois eventos sendo os principais contribuintes para esta difusão, um no campo político com a ascensão de movimentos sindicais rurais e o Pronaf, e um terceiro elemento é a reorientação dos debates acadêmicos sobre a ruralidade, com adoção de novas temáticas, a partir de meados dos anos 90, entre eles a agricultura familiar.

Com Pronaf, o Brasil começou a dar seus primeiros passos para a maior valorização da agricultura familiar, mas é verdade que ainda falta muito para termos uma agricultura familiar forte que se torne a base principal de nossos projetos de desenvolvimento. Pode-se observar que localidades onde a agricultura familiar é predominante, o desenvolvimento é diferenciado, como por exemplo o Vale dos Vinhedos, na serra gaúcha.

## CONCLUSÕES:

A discussão de temáticas contemporâneas, como é caso da pluriatividade e sua relação com a agricultura familiar, e as conseqüentes tentativas de adaptá-las a realidades que se renovam constantemente, deve-se ser cuidadosa, para que as conclusões realmente reflitam a realidade estudada.

Conceituar pluriatividade seria uma tarefa relativamente simples se não fosse a diversidade de formas e situações em que ela é observada. A pluriatividade poderia ser simplesmente caracterizada pelo fato de um indivíduo ou família desenvolver, além das tradicionais atividades agropecuárias, outra ou outras que não sejam agropecuárias.

Segundo alguns autores, a pluriatividade é observada dentro de uma unidade de produção tradicional, mas em que um de seus membros é especializado em uma determinada atividade (cultivo agrícola) e outro especializado em outra atividade (trato dos animais) ocorrendo, desta forma, a divisão do trabalho, configurando-se a pluriatividade. Normalmente esta situação é chamada de diversificação.

Outra forma de pluriatividade está presente nas tradicionais unidades familiares coloniais, unidades praticamente auto-suficientes, produzindo praticamente tudo o que precisam para sobreviver, como alimentos, vestuário, utensílios, etc., sendo desta forma pluriativas. Oriunda desta noção de pluriatividade, surge outro conceito, em que estas habilidades que levam a auto-suficiência, dão origem a profissões e/ou formas de comércio ou prestação de serviços, em que os agricultores usam suas habilidades para complementar sua renda.

Assim, a expansão industrial é uma grande geradora de pluriatividade, aproveitando a mão-de-obra excedente e complementando a renda de pequenos agricultores. O setor industrial usufrui vantagens que advêm da contratação desta mão-de-obra, como baixo custo, dedicação parcial, trabalho a domicílio, informalidade, etc..

São várias as situações que levam a ocorrência da pluriatividade, tais como, o tempo ocioso na unidade de produção, a necessidade de complemento de renda, adaptação a novas realidades, dentre outros. Entretanto, é fundamental registrar que a ocorrência e suas particularidades dependem das circunstâncias do meio no qual ela está inserida, sendo que o grau de desenvolvimento da região ou país decisivo para determiná-la.

**BIBLIOGRAFIA CONSULTADA:**

- ALMEIDA, J. A. Pesquisa em Extensão Rural: Um Manual de Metodologia. Brasília, MEC/ABEAS, 1989. 182 p.
- ANJOS, Flávio Sacco dos. Pluriatividade e desenvolvimento rural no sul Brasil Caderno de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 20, nº1, p. 11-44, jan./abr. 2003.
- BALSADI, V. V.: Mudanças rurais e o emprego no estado de São Paulo. São Paulo. ed. Linear B, 1ª edição, 2002.
- BARTHEZ, Alice. Familia, actividad y pluriactividad en la agricultura. Arkleton Research. Cambio Rural en Europa. Colóquio de Montpellier. p. 161-177, 1987.
- BELTRÃO, K. I., OLIVEIRA, F. E. B. de, PINHEIRO, S. S.: Texto para discussão nº 759: População rural e a previdência social no Brasil: uma análise com ênfase nas mudanças constitucionais. Rio de Janeiro, setembro de 2000. IPEA, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Ed. IPEA. 2000.
- DELL GROSSI, M. E. Evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro 1981 – 1995. 1999. 227 f. Tese (Doutoramento em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.
- DELL GROSSI, M. E., SILVA, J. G. da Ocupações e rendas rurais no Brasil. In: ORNAs, Ocupações Rurais Não-agrícolas: Oficina de atualização temática – Londrina, 2000, Anais. PR: IAPAR, 2000. p. 35-54.
- FLORES, M. X. e MACEDO, M. M. C. Novos Rumos do Desenvolvimento Rural. Anais do XXXVI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, Foz do Iguaçu, Paraná, 1999.
- GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, Plenária regional de diretrizes, Perfil da Região Central. Orçamento Participativo 2002 - 2003
- Graziano, José Velhos e novos mitos no rural brasileiro. Acesso em 08/07/04: <http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano/html>
- IBGE. Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílio - PNDA 2002. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso em 9 de junho de 2004.
- KAGEYAMA, A. Pluriatividade e Ruralidade: Alguns Aspectos Metodológicos UNICAMP, São Paulo, 1998. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano>>. Acesso em: 06 mar. 2001.
- LAURENTI, A. C. Terceirização dos trabalhos agrários e o “novo rural” In: ORNAs, Ocupações Rurais Não-agrícolas: Oficina de atualização temática – Londrina, 2000, Anais. PR: IAPAR, 2000. p. 1-34.
- NEUMANN, P. S. O impacto da fragmentação e do formato das terras nos sistemas familiares de produção. 2003, 320 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.
- RUDIO, F. V. Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica. Editora Vozes Ltda., 1978, 121 p.
- SARACENO, E. Conceito de ruralidade: problema de definição em escala Européia. Tradução de Angela Kageyama, 1997. Capturado em 22 de set. 2000. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/indexie.html>> . Acesso em: 06 mar. 2001.
- SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e pluriatividade 1999. 405f. Tese (Doutoramento em Sociologia) – Universidade Federal do Rio grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

SCHNEIDER, Sérgio. Agricultura familiar e industrialização: Pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. Universitária/UFRS, 1999.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo: v.18, nº51, p.99-122, fev. 2003.

SOUZA, M. Atividades não-agrícolas e o desenvolvimento rural no estado do Paraná. 2000. 304 f. Tese (Doutoramento em Engenharia Agrícola) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

SOUZA, Marcelino de, A pluriatividade nos países capitalistas desenvolvidos. SOUBER, 1999

TEDESCO, João Carlos. Pluriatividade: estratégias alternativas ou fim da agricultura familiar? Texto para discussão nº 07/98. Universidade de Passo Fundo

VEIGA, J. E. da. Desenvolvimento rural o Brasil precisa de um projeto. SOBER, 1998. São Paulo, maio de 1998.